

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2022/2024**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RS000096/2024  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 16/01/2024  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR070357/2023  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10264.200282/2024-81  
**DATA DO PROTOCOLO:** 16/01/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND EMPREG EMPRESAS ASS PERICIAS INF PESQ FUND EST RS, CNPJ n. 91.345.231/0001-92, neste ato representado(a) por seu Membro de Diretoria Colegiada, Sr(a). GENI VEIGA COIMBRA;

E

FUNDACAO ESTADUAL DE PROTECAO AMBIENTAL, CNPJ n. 93.859.817/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RENATO DAS CHAGAS E SILVA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de junho de 2022 a 31 de maio de 2024 e a data-base da categoria em 01º de junho.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **empregados em empresas de assessoramento perícias, informações e pesquisas e de fundações estaduais**, com abrangência territorial em **RS**.

**GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS  
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO****CLÁUSULA TERCEIRA - ADICIONAL AMBIENTAL**

**Considerando** que a Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM atua como órgão técnico do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, fiscalizando, licenciando, desenvolvendo estudos e pesquisas e executando programas e projetos, com vistas a assegurar a proteção e preservação do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Sul;

**Considerando** que a FEPAM, por força de exigência legal que obriga a todos os empreendimentos possuírem licenciamento ambiental, é, hoje, responsável pelo licenciamento de projetos – geração de emprego e renda – no Rio Grande do Sul;

**Considerando** a existência de muitas ações trabalhistas em que empregados da FEPAM postularam reajustamentos salariais pretéritos, não decorrentes de negociações coletivas, e não reconhecidos pela FEPAM, bem como outras várias ações judiciais reivindicando a alteração da matriz salarial pela aplicação do salário mínimo fixado pela Lei nº 4.950-A/66 ao nível inicial da matriz, para todos os empregados detentores de empregos de nível superior;

**Considerando** que a presente negociação coletiva conflita com as referidas ações trabalhistas, pois poderiam, em tese, se procedentes, gerar acumulação de reajustes ou gerar desigualdades relativamente à matriz salarial;

**Ajustam as partes que**, aos empregados que aderirem ao presente acordo coletivo, a FEPAM concederá uma parcela mensal denominada Adicional Ambiental, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário básico percebido pelo empregado, conforme Matriz Salarial, constante do Plano de Empregos, Funções e Salários

instituído pela Lei nº 14.431, de 8 de janeiro de 2014, e alterações.

**Parágrafo primeiro:** A base de cálculo do Adicional Ambiental será exclusivamente o salário básico percebido pelo empregado, conforme Matriz Salarial, constante do Plano de Empregos, Funções e Salários instituído pela Lei nº 14.431, de 8 de janeiro de 2014, e alterações, sem adição de qualquer outra parcela.

**Parágrafo segundo:** O Adicional Ambiental deverá ser destacado no contracheque, com natureza salarial, servindo de base de cálculo exclusivamente para as seguintes parcelas: gratificação natalina, férias, adicional de tempo de serviço, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), horas extras, sobreaviso e adicional de periculosidade.

**Parágrafo terceiro:** O Adicional Ambiental será considerado para cômputo do salário mínimo profissional, salário mínimo nacional, e piso salarial estadual.

## RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

### CLÁUSULA QUARTA - ADESÃO INDIVIDUAL AO ACORDO COLETIVO

Para perceber o Adicional Ambiental, os empregados deverão firmar termo de adesão ao presente acordo coletivo, comprometendo-se a não ajuizar ações trabalhistas postulando reajustamentos salariais pretéritos, não decorrentes de negociações coletivas, e não reconhecidos pela FEPAM, com fundamento idêntico ao das ações relacionadas no Anexo I deste acordo, bem como a não ajuizar ações trabalhistas postulando a alteração da matriz salarial pela aplicação do salário mínimo fixado pela Lei nº 4.950-A/66 ao nível inicial da matriz, para todos os empregados detentores de empregos de nível superior.

**Parágrafo primeiro:** O Adicional Ambiental será implantado na folha de pagamento referente ao mês de opção do empregado, com efeitos a partir da sua admissão para os empregados admitidos a partir de 1º de junho de 2022, sendo os eventuais valores retroativos pagos, por seu valor histórico, conjuntamente com os salários, no segundo mês após a adesão.

**Parágrafo segundo:** Se o empregado vier a ajuizar alguma das ações previstas no caput da cláusula terceira, deixará de perceber o Adicional Ambiental.

### CLÁUSULA QUINTA - EXTINÇÃO DOS PROCESSOS JÁ AJUIZADOS

Os empregados que já ajuizaram as ações descritas na cláusula terceira, que ainda não tenham transitado em julgado, relacionadas no anexo I deste acordo, para perceberem o Adicional Ambiental, deverão firmar termo de adesão ao presente acordo coletivo, a ser apresentado nos autos do respectivo processo judicial, juntamente com pedido de extinção do processo com resolução de mérito em razão da transação extrajudicial.

**Parágrafo único:** O Adicional Ambiental será implantado na folha de pagamento referente ao mês em que ocorrer a homologação judicial da transação nos autos dos respectivos processos, e conseqüente extinção do processo com resolução de mérito, com efeitos a partir das datas previstas no parágrafo 1º da cláusula 4ª.

### CLÁUSULA SEXTA - EFEITOS

Os efeitos do presente acordo coletivo projetam-se para além do seu prazo de vigência, relativamente aos empregados que a ele expressamente aderirem e que laboram ou vierem laborar na FEPAM, inclusive além do prazo de vigência deste instrumento, observadas as condições previstas nas cláusulas anteriores.

## DISPOSIÇÕES GERAIS

## DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

### CLÁUSULA SÉTIMA - DESCUMPRIMENTO

Na eventualidade de descumprimento do ora ajustado por parte da FEPAM, desde já fica autorizado o SINDICATO a ajuizar a competente ação de cumprimento, perante a justiça trabalhista, na qualidade de substituto processual dos trabalhadores beneficiados pelo presente Acordo.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES

### CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE ADESÃO

As adesões ao presente Acordo devem ser protocoladas na FEPAM e dentro do prazo de vigência do presente Acordo.

}

**GENI VEIGA COIMBRA**  
**MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA**  
**SIND EMPREG EMPRESAS ASS PERICIAS INF PESQ FUND EST RS**

**RENATO DAS CHAGAS E SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

## ANEXOS

### ANEXO I - ANEXO I - RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS

[Anexo \(PDF\)](#)

### ANEXO II - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.